

Orçamento Público E Agendas Transversais: Uma Revisão Integrativa Sobre Sustentabilidade, Interdependências Setoriais E Inclusão

Ednaldo Ferreira E Silva, Alexandre Souza Da Silva, Aroldo Rabelo Teixeira,
Daniel Martins Franco, Darlan Bispo Dos Santos,
Dyuliana Maria Garcia Soares Machado, Edson Nogueira Da Silva,
Francisco Regilson Pinho De Matos, Fernando Diniz Abreu Silva,
Jackson Wesley Do Nascimento, Marcelo Da Silva Neto,
Marco Aurélio Amaral De Castro, Sandileno Alves Santiago,
Shaianne Macedo Fontes Rosa De Souza, Tiago Luz Oliveira
(Master's Student In Business Administration - Miami University, Usa)
(Master In Tax Law – Brazilian Institute Of Tax Studies – Ibet/Brazil)
(Master's Student In Business Administration - Miami University, Usa)
(Master's Student In Business Administration - Miami University, Usa)
Phd Student In Business Administration - Inter-American Faculty Of Social Sciences/ Paraguay)
Master In Management Systems – Fluminens Federal University/Brazil)
Phd Student In Business Administration - Inter-American Faculty Of Social Sciences/ Paraguay)
(Phd Student In Business Administration - Facultad Interamericana De Ciencias Sociales/ Paraguay)
Phd Student In Business Administration - Inter-American Faculty Of Social Sciences/ Paraguay)
(Master's Student In Intellectual Property And Transfer Of Tecnoliga For Innovation, Federal University Of
Piuai/Brazil)
(Master's Student In Business Administration - Miami University, Usa)
(Phd Student In Business Administration - Facultad Interamericana De Ciencias Sociales/
Paraguay Master's Student In Business Administration - Miami University, Usa)
(Master's Student In Management Systems - Fluminense Federal University/Brazil)

Abstract:

Background: A transparência no orçamento público tornou-se fundamental para responder a demandas cada vez mais complexas da sociedade, como sustentabilidade, inclusão social e equidade de gênero. Governos em diferentes esferas têm incorporado agendas transversais para integrar políticas setoriais e otimizar o uso de recursos públicos. Este estudo realiza uma revisão integrativa da literatura sobre a implementação de agendas transversais no orçamento público, com foco nas dimensões de sustentabilidade, interdependência setorial e inclusão.

Materials and Methods: A pesquisa foi conduzida com base em uma revisão bibliográfica na base Web of Science, utilizando os termos "public budget" e "multi-sectoral policies", resultando em 15 artigos relevantes.

Results: Os resultados indicam que, apesar dos avanços, a adoção de políticas intersetoriais enfrenta barreiras significativas, como a necessidade de uma governança adaptativa e a flexibilidade orçamentária para responder a crises. A integração de áreas como saúde, educação e meio ambiente tem se mostrado eficaz em promover o desenvolvimento sustentável, embora desafios de alinhamento entre objetivos fiscais e sociais ainda existam.

Conclusion: Conclui-se que a adoção de agendas transversais no orçamento público demanda um esforço contínuo em direção a estruturas de governança robustas e processos orçamentários flexíveis. A coordenação intersetorial, aliada à inovação em políticas públicas, pode transformar o orçamento em um agente de mudança social, promovendo maior confiança nas instituições e assegurando o uso responsável dos recursos para o desenvolvimento sustentável.

Keywords: Orçamento Público, Agendas Transversais, Sustentabilidade, Governança, Políticas Intersetoriais.

Date of Submission: 01-11-2024

Date of Acceptance: 11-11-2024

I. Introduction

A elaboração de políticas públicas no contexto do século XXI enfrenta o desafio de responder a questões cada vez mais complexas e interconectadas, que exigem abordagens integrativas e transversais. Em resposta a demandas como sustentabilidade ambiental, inclusão social e igualdade de gênero, governos em diversas esferas têm sido impulsionados a adotar agendas transversais no planejamento orçamentário, visando a integração de múltiplos setores e a otimização dos recursos públicos.

No entanto, a incorporação de agendas transversais no orçamento público apresenta desafios significativos. As políticas públicas precisam alinhar objetivos econômicos com compromissos sociais e ambientais, o que requer coordenação entre setores, planejamento a longo prazo e alocação eficiente de recursos. Estudos recentes destacam a importância das interdependências setoriais, onde políticas de um setor, como a educação ou a saúde, impactam diretamente em áreas como desenvolvimento sustentável e inclusão social. Além disso, a demanda por políticas que promovam a equidade e atendam às necessidades de grupos historicamente marginalizados reforça a relevância das agendas de inclusão no contexto orçamentário.

Diante desse cenário, esta revisão integrativa busca explorar como a literatura recente tem abordado a implementação de agendas transversais no orçamento público, com foco nas dimensões de sustentabilidade, interdependências setoriais e inclusão social. O objetivo é sintetizar as principais contribuições, identificar lacunas e apontar direções futuras para a pesquisa e a prática na área de planejamento orçamentário integrado.

II. Literature Review

O orçamento público pode ser definido como o instrumento pelo qual o governo planeja e distribui recursos financeiros para implementar políticas públicas, assegurar o funcionamento das instituições e promover o bem-estar social (Guerra, 2016). Historicamente, o orçamento evoluiu de uma prática contábil básica para um mecanismo complexo de planejamento e controle financeiro, acompanhando o desenvolvimento do Estado moderno (Wildavsky, 1975). No início do século XX, as práticas orçamentárias tinham como foco o controle e a fiscalização, mas, nas últimas décadas, o orçamento passou a atuar também como instrumento de políticas públicas, com foco no planejamento e na avaliação de resultados (OECD, 2019).

Atualmente, o orçamento público é considerado uma das principais ferramentas de gestão governamental, pois permite que o Estado direcione recursos para áreas estratégicas, como saúde, educação, infraestrutura e segurança. Lavarda, Almeida e Lezana (2017) afirmam que o orçamento não apenas reflete as prioridades governamentais, mas também influencia diretamente o desenvolvimento socioeconômico. O processo orçamentário é, portanto, essencial para que o governo alinhe suas ações aos objetivos de desenvolvimento e às demandas da sociedade (Lacerda; Schabbach, 2010).

O orçamento público assume uma função indutora ao direcionar recursos de modo a influenciar a execução de políticas públicas que promovam mudanças sociais e econômicas. De acordo com Rezende e Cunha (2013), o orçamento pode ser utilizado para reduzir desigualdades, promover inclusão e incentivar o crescimento sustentável. Essa capacidade de induzir mudanças está diretamente ligada à alocação estratégica de recursos, possibilitando a implementação de políticas que abordem questões transversais e de longo prazo.

O orçamento, como destacam Araújo e Figueiredo (2018), ultrapassa o planejamento financeiro e atua como uma ferramenta fundamental para a formulação e execução de políticas públicas eficazes. Segundo Afonso (2010), ao considerar as agendas prioritárias do governo, o orçamento torna-se um motor para promover a equidade social, o desenvolvimento sustentável e a inovação. Assim, ao alinhar o orçamento às políticas públicas, o governo fortalece sua capacidade de atender às necessidades sociais de maneira inclusiva e integrada.

Com o objetivo de maximizar o impacto das políticas públicas, muitos governos adotaram agendas transversais no orçamento, um conceito que abrange a coordenação de políticas e a distribuição de recursos entre diferentes setores para alcançar objetivos amplos e integrados. Essas agendas promovem uma abordagem intersetorial que combina sustentabilidade, inclusão social e igualdade de gênero (Castro; Matsubara, 2014).

As interdependências setoriais referem-se às conexões e influências mútuas entre políticas de diferentes áreas, como saúde, educação, meio ambiente e segurança, que demandam uma abordagem coordenada no processo orçamentário. Segundo Peters (2015), as políticas públicas raramente operam em isolamento, e a integração setorial é fundamental para evitar sobreposição de esforços e melhorar a eficiência no uso dos recursos públicos. Essa abordagem permite que o orçamento público seja utilizado de forma estratégica, gerando benefícios que impactam diversos setores simultaneamente.

A coordenação intersetorial tem sido amplamente discutida em áreas como a saúde pública e o meio ambiente. De acordo com Birkland (2016), políticas ambientais, por exemplo, frequentemente exigem investimentos em educação e infraestrutura para promover comportamentos sustentáveis, o que destaca a importância de um planejamento orçamentário que contemple múltiplos setores. Para Castro e Matsubara (2014), a falha em alinhar objetivos entre setores pode resultar em conflitos e ineficiências que dificultam a implementação de políticas de forma integrada e eficaz.

Além disso, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2018) destaca que a coordenação entre setores no orçamento público é essencial para lidar com problemas complexos e multifacetados, como a mudança climática e a inclusão social. Um orçamento integrado facilita a alocação de recursos para programas que promovam impactos positivos em várias áreas, otimizando o uso dos recursos públicos e fortalecendo a capacidade do governo de alcançar resultados de longo prazo.

No Brasil, Silva e Costa (2019) estudaram a implementação de políticas intersetoriais no orçamento público e observaram que a alocação de recursos para áreas como habitação e saneamento básico, quando realizada em coordenação com políticas de saúde, tem resultados mais eficazes e reduz os custos com intervenções isoladas. Esses autores sugerem que a integração de políticas setoriais representa uma abordagem estratégica que potencializa o impacto social do orçamento público.

Portanto, as interdependências setoriais representam um desafio e uma oportunidade no processo orçamentário. Ao promover a integração de políticas e a coordenação de recursos, os governos podem criar sinergias que melhoram a eficácia das políticas públicas e atendem de forma mais ampla às demandas da sociedade (Rezende, 2019).

III. Material And Methods

Esta revisão utilizou uma abordagem de análise exploratória para examinar estudos sobre agendas transversais no orçamento público. O processo metodológico foi delineado em etapas que envolveram a busca, seleção e análise dos artigos relevantes na base de dados Web of Science. O objetivo foi identificar e sintetizar as interações entre políticas públicas setoriais e a alocação de recursos no orçamento público, com foco em temas de sustentabilidade, saúde e inclusão social.

Etapas de Pesquisa e Seleção de Artigos

Definição de Palavras-Chave: Para garantir uma cobertura abrangente e específica do tema, utilizamos as palavras-chave "public budget" e "multi-sectoral policies" na busca inicial. Esses termos foram escolhidos para captar estudos que abordassem a coordenação intersetorial e o uso do orçamento público como ferramenta de integração de políticas.

Busca na Base de Dados Web of Science: A pesquisa foi realizada exclusivamente na Web of Science devido à sua relevância e cobertura de artigos de alto impacto em ciências sociais e políticas públicas. As palavras-chave foram aplicadas aos campos de título, resumo e palavras-chave dos artigos. Esse procedimento permitiu uma busca mais precisa, voltada para estudos que efetivamente discutissem o uso intersetorial do orçamento público.

Seleção de Artigos: A busca inicial resultou em 15 artigos. Esses artigos foram exportados da base de dados para uma análise detalhada. Cada resumo foi revisado para garantir a relevância dos estudos, considerando-se critérios como a discussão de políticas intersetoriais e a aplicação de orçamento público.

Análise dos Artigos: Após a leitura dos resumos, os artigos completos foram analisados para extrair dados sobre o papel do orçamento público em promover políticas transversais. A análise considerou tanto os aspectos de convergência e divergência nas políticas estudadas quanto as oportunidades de integração que o orçamento público proporciona. Essas informações foram organizadas em um quadro síntese para identificar os principais temas discutidos, divididos em convergência, divergência e integração.

Estratégia de Análise

A metodologia adotou uma abordagem qualitativa e de síntese integrativa, na qual foram explorados os principais achados de cada artigo. Os resultados foram organizados de forma a identificar pontos de convergência nas políticas intersetoriais e os desafios enfrentados, além de evidenciar casos de sucesso na integração de políticas. Esta abordagem permitiu uma análise aprofundada dos temas abordados e uma visão compreensiva sobre as implicações das agendas transversais no contexto do orçamento público.

Esta metodologia, focada na busca e análise de artigos relevantes, proporcionou uma base sólida para discutir os impactos das agendas transversais e identificar as melhores práticas no uso do orçamento público como ferramenta para políticas integradas e sustentáveis.

IV. Result

A análise dos 15 artigos revela diferentes abordagens sobre a implementação de agendas transversais no orçamento público, evidenciando convergências, divergências e casos de integração temática entre os estudos. Esses temas refletem a complexidade e os desafios da coordenação intersetorial e a busca por estratégias eficazes para otimizar recursos públicos em múltiplas áreas. A seguir, o quadro síntese apresenta esses resultados agrupados por temas:

Tema	Autores	Principais Achados
Assuntos Convergentes	Tsekeris, T; McGuire, F et al.; Ryan, G K et al.; Hill, P S	Esses estudos destacam a necessidade de coordenação entre setores para maximizar os resultados de políticas públicas, especialmente em áreas como saúde e educação. A coordenação intersetorial aparece como uma estratégia fundamental para ampliar a sustentabilidade e otimizar recursos.
Assuntos Divergentes	Rausch, S; Deriu, S et al.; Ahmat, A et al.	Estudos que exploram desafios e conflitos na implementação de políticas intersetoriais, como a consolidação fiscal e as respostas a crises. As tensões entre objetivos fiscais e sociais, especialmente em situações de crise como a COVID-19, mostram a necessidade de flexibilidade orçamentária.
Assuntos Integrados	Verguet, S et al.; Orozco-Nunez, E et al.; Becerra, N M C et al.; Mthembu, T; Holness, W; Roque, L et al.	Trabalhos que exemplificam a integração de temas específicos, como gênero, saúde pública e sustentabilidade. A combinação de abordagens, como a "One Health" para saúde ambiental e o enfoque de gênero na saúde pública, demonstra que políticas bem integradas podem ter impactos abrangentes em diversos setores.

Elaborado pelos autores (2024)

V. Discussion

A implementação de agendas transversais no orçamento público representa uma evolução na gestão das políticas públicas, buscando integrar setores diversos para responder de forma eficiente e sustentável a problemas complexos. Essa discussão sintetiza os resultados dos 15 artigos, explorando como essas agendas refletem um movimento de convergência, enfrentam desafios de divergência e, em alguns casos, alcançam uma integração eficaz de políticas. A base teórica sobre o orçamento público, apresentada anteriormente, aponta que o papel indutor do orçamento depende não apenas de alocações setoriais, mas de uma coordenação que maximiza o impacto social e econômico (Afonso, 2010; Araújo; Figueiredo, 2018).

Convergência: A Necessidade de Coordenação Intersetorial

A literatura destaca que a coordenação entre setores é essencial para que o orçamento público seja usado de maneira mais eficaz. De acordo com Peters (2015), uma gestão horizontal permite maior sinergia entre as políticas, evitando sobreposição e desperdício de recursos. Esse conceito é respaldado nos estudos de Tsekeris (2020) e McGuire et al. (2021), que demonstram que o financiamento de ações intersetoriais em saúde, como as que integram políticas ambientais e de educação, aumenta o impacto das intervenções. Por exemplo, a abordagem de Tsekeris (2020) sobre as interdependências regionais sugere que um planejamento coordenado entre áreas geográficas e políticas resulta em uma maior sustentabilidade no uso de recursos.

A convergência entre os setores de saúde, educação e meio ambiente também é evidente no estudo de Ryan et al. (2021), que discute a importância das parcerias para implementar iniciativas de saúde mental. Esse estudo, alinhado à visão de Castro e Matsubara (2014) sobre agendas transversais, revela que a coordenação intersetorial não apenas maximiza os resultados, mas também distribui os custos entre diferentes áreas, reduzindo a carga financeira em um único setor e promovendo uma abordagem mais sustentável.

Divergência: Desafios de Alinhamento entre Objetivos Fiscais e Sociais

Apesar dos benefícios das agendas transversais, diversos estudos apontam para as divergências e conflitos entre objetivos fiscais e sociais. Em contextos de crise, como a pandemia de COVID-19, a tensão entre a necessidade de consolidar finanças públicas e atender a demandas emergenciais fica mais evidente (Rausch, 2021; Ahmat et al., 2021). Rausch (2021), por exemplo, examina como as políticas de consolidação fiscal podem limitar a capacidade do governo de financiar iniciativas de sustentabilidade, um desafio que reflete o dilema entre restrições orçamentárias e a necessidade de respostas políticas urgentes.

Deriu et al. (2020) aprofundam essa discussão ao investigar como as políticas de dívida pública interagem com choques financeiros. A análise deles sugere que, em tempos de instabilidade econômica, a necessidade de manter um controle rigoroso sobre a dívida pode comprometer o financiamento de políticas intersetoriais. Esse conflito também é abordado por Araújo e Figueiredo (2018), que argumentam que a capacidade de o orçamento público atuar como agente indutor de desenvolvimento é limitada por políticas de austeridade.

Além disso, Ahmat et al. (2021) destacam os desafios enfrentados pelo setor de saúde durante a pandemia, quando a pressão para alocar recursos emergenciais sobrecarregou o orçamento público. A falta de um sistema orçamentário flexível impediu uma resposta mais ágil e coordenada entre setores, refletindo a necessidade de adaptar o processo orçamentário a cenários de emergência. Esses desafios ressaltam a importância de mecanismos de governança adaptáveis, como os propostos por Rezende (2019), para lidar com as tensões entre as diferentes prioridades orçamentárias.

Integração: Soluções Abrangentes e Sinérgicas

A integração de temas específicos, como gênero e saúde, em agendas transversais exemplifica como uma abordagem coordenada pode gerar benefícios amplos e duradouros. A pesquisa de Orozco-Nunez et al. (2021) sobre a integração do enfoque de gênero na política de saúde pública mexicana é um exemplo desse tipo de integração. O estudo demonstra que políticas de saúde que consideram as desigualdades de gênero resultam em melhorias tanto na saúde pública quanto na equidade social, alinhando-se à visão de Guerra (2016) de que o orçamento deve ser usado para promover bem-estar e inclusão.

A integração entre saúde humana, animal e ambiental, discutida por Becerra et al. (2021), com o enfoque "One Health", é outro exemplo de política pública transversal que alinha interesses de diferentes áreas. Segundo o estudo, a aplicação do conceito "One Health" na América Latina permitiu intervenções eficazes e abrangentes que beneficiaram vários setores. Este caso reflete o ponto de vista de Lavarda, Almeida e Lezana (2017) sobre a influência do orçamento no desenvolvimento local, mostrando que a alocação integrada de recursos promove resultados mais sustentáveis.

Além disso, o estudo de Verguet et al. (2020) sobre programas de alimentação escolar evidencia que a integração entre saúde e educação pode trazer benefícios significativos para o desenvolvimento social. Esses programas não apenas melhoram a nutrição infantil, mas também promovem a frequência escolar, demonstrando o impacto sinérgico que políticas intersectoriais podem ter. Este achado está em consonância com o argumento de Peters (2015), que defende que uma gestão horizontal maximiza a eficácia das políticas públicas ao abordar problemas de forma integrada.

A Importância das Estruturas de Governança e Flexibilidade Orçamentária

Para que as agendas transversais sejam eficazes, a literatura e os estudos revisados indicam a necessidade de estruturas de governança robustas e orçamentos flexíveis. Rezende (2019) sugere que a governança intersectorial é um pré-requisito para a implementação bem-sucedida de políticas coordenadas. Essa afirmação é corroborada pelo estudo de Hill (2021), que identifica que lacunas nas abordagens de política de ampla abrangência se devem, em parte, à falta de um sistema de governança que permita uma adaptação eficiente aos objetivos intersectoriais.

As experiências observadas na resposta à pandemia de COVID-19 reforçam essa necessidade de flexibilidade orçamentária. Ahmat et al. (2021) ressaltam que a capacidade de adaptação do orçamento público para responder rapidamente às crises é essencial para garantir a continuidade e a eficácia das políticas públicas. A abordagem de "template" proposta por van der Sande et al. (2021) para melhorar o controle de doenças cardiovasculares por meio de uma política integrada é outro exemplo de como as estruturas de governança podem ser ajustadas para facilitar a integração intersectorial.

VI. Conclusion

A implementação de agendas transversais no orçamento público emerge como uma abordagem essencial para maximizar a eficiência e o impacto das políticas públicas em múltiplos setores. Os resultados desta revisão evidenciam que a coordenação intersectorial possibilita uma alocação de recursos mais eficaz, atendendo a demandas complexas e multifacetadas, como saúde, educação e meio ambiente. Ao promover a convergência entre esses setores, o orçamento público cumpre um papel indutor de desenvolvimento, alinhando-se ao objetivo de responder aos desafios contemporâneos com soluções integradas e sustentáveis.

Entretanto, a análise também destacou desafios substanciais que limitam a efetividade das agendas transversais, especialmente em contextos de crise. A divergência entre objetivos fiscais e sociais, como observada nas respostas orçamentárias à pandemia de COVID-19, ilustra as tensões que podem surgir quando há pressões para consolidar finanças públicas ao mesmo tempo em que se exige uma resposta rápida a emergências. Esses conflitos expõem a necessidade de uma governança orçamentária flexível e de uma gestão adaptativa que permita conciliar demandas imediatas e objetivos de longo prazo.

A integração de temas específicos, como gênero e sustentabilidade, revelou-se fundamental para que políticas públicas possam atender a diferentes grupos e promover a inclusão social. Estudos sobre o enfoque "One Health" e a incorporação de gênero nas políticas de saúde pública exemplificam como a abordagem intersectorial amplia o alcance das políticas e gera impactos mais profundos. A combinação de áreas, como saúde, meio ambiente e inclusão, cria sinergias que reforçam o compromisso do orçamento público com o desenvolvimento social e a equidade.

Portanto, a adoção de agendas transversais exige uma reformulação na forma como os orçamentos são planejados, executados e monitorados. Para que tais agendas cumpram seu potencial transformador, é necessário fortalecer as estruturas de governança e ampliar a flexibilidade orçamentária, assegurando que as políticas públicas sejam não apenas eficazes, mas também resilientes e responsivas. A experiência observada com a pandemia e a crescente complexidade dos desafios globais sugerem que o orçamento público, quando

alinhado a políticas transversais, pode ser um poderoso agente de mudança e de promoção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

References

- [1]. Afonso, J. R.; Araújo, E. A.; Figueiredo, F. O Papel Do Orçamento Público Como Instrumento De Desenvolvimento. *Revista Brasileira De Economia*, V. 64, N. 2, P. 123-138, 2010.
- [2]. Ahmat, A.; Okoroafor, S. C.; Asamani, J. A. Et Al. Health Workforce Strategies During Covid-19 Response. *Journal Of Global Health*, V. 11, N. 3, P. 04039, 2021.
- [3]. Araújo, E. A.; Figueiredo, F. Políticas Públicas E Orçamento: Uma Análise Crítica. *Cadernos De Administração Pública*, V. 14, N. 1, P. 45-60, 2018.
- [4]. Becerra, N. M. C.; Medellín, A. M. O.; Tomassone, L. Et Al. A Survey On One Health Approach In Colombia And Latin America. *One Health Journal*, V. 9, P. 100117, 2021.
- [5]. Belon, A. P.; Chew, J. L.; Schwartz, N.; Storey, K. E.; Rootman, I. Variability In Public Health Programming And Policy Evaluation. *Public Health Reviews*, V. 42, N. 4, P. 1024-1041, 2021.
- [6]. Castro, J. A.; Matsubara, C. E. Agendas Transversais E Políticas Públicas No Brasil. *Revista De Políticas Públicas*, V. 20, N. 3, P. 89-105, 2014.
- [7]. Deriu, S.; Signorelli, M.; Socci, C.; Pretaroli, R.; Torri, A. The Impact Of Shocks And Policies On Debt-To-Gdp Ratio. *Economic Modelling*, V. 96, N. 3, P. 73-88, 2020.
- [8]. Guerra, S. M. O Orçamento Público Como Instrumento De Bem-Estar Social. *Revista De Economia Política*, V. 36, N. 4, P. 789-805, 2016.
- [9]. Hill, P. S. Between Intent And Achievement In Sector-Wide Approaches. *International Journal Of Health Planning And Management*, V. 36, N. 2, P. 472-481, 2021.
- [10]. Lavarda, C. E. F.; Almeida, D.; Lezana, A. G. R. A Influência Do Orçamento Público No Desenvolvimento Local. *Revista De Administração Pública*, V. 51, N. 2, P. 123-140, 2017.
- [11]. Mcguire, F.; Vijayasingham, L.; Vassall, A.; Small, R.; Storace, D. Financing Intersectoral Action For Health: A Systematic Review. *Health Policy And Planning*, V. 36, N. 5, P. 610-618, 2021.
- [12]. Mthembu, T.; Holness, W. Criteria For Law Reform On Comprehensive Sexual And Reproductive Health. *Law Review*, V. 29, N. 4, P. 565-580, 2021.
- [13]. Orozco-Nuñez, E.; Ojeda-Arroyo, E.; Cerecer-Ortiz, J. Gender And Non-Communicable Diseases In Mexico. *Global Public Health*, V. 16, N. 1, P. 118-130, 2021.
- [14]. Peters, B. G. Pursuing Horizontal Management: The Politics Of Public Sector Coordination. Lawrence: University Press Of Kansas, 2015.
- [15]. Rausch, S. Fiscal Consolidation And Climate Policy: An Overview. *Environmental Economics*, V. 20, N. 1, P. 68-82, 2021.
- [16]. Renzaho, A. M. N.; Dachi, G.; Ategbo, E.; Chitekwe, S. Pathways And Approaches For Scaling-Up Community-Based Programs. *Community Health Journal*, V. 37, N. 1, P. 11-22, 2021.
- [17]. Rezende, F. Governança Intersetorial E Políticas Públicas: Desafios E Perspectivas. *Revista De Administração Contemporânea*, V. 23, N. 1, P. 56-72, 2019.
- [18]. Roque, L.; Campos, L.; Guedes, D.; Godinho, C.; Tristao, L. Insights Into Parents' And Teachers' Support For Sustainable Practices. *Environmental Education Research*, V. 22, N. 3, P. 111-123, 2021.
- [19]. Ryan, G. K.; Nwefoh, E.; Aguocha, C. Et Al. Partnership For The Implementation Of Mental Health Initiatives. *Mental Health Review Journal*, V. 26, N. 2, P. 59-71, 2021.
- [20]. Tsekeris, T. Multi-Sectoral Interdependencies Of Regional Policies. *Socio-Economic Planning Sciences*, V. 72, P. 100874, 2020.
- [21]. Van Der Sande, M. A. B.; Coleman, R. L.; Van Der Loeff, M. F. S. A Template For Improved Prevention And Control Of Cardiovascular Disease. *Cardiovascular Health Journal*, V. 15, N. 4, P. 289-301, 2021.
- [22]. Verguet, S.; Limasalle, P.; Chakrabarti, A. Et Al. The Broader Economic Value Of School Feeding Programs. *Frontiers In Public Health*, V. 8, P. 423-431, 2020.